

# O EXTRATIVISMO EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO NO NORDESTE BRASILEIRO<sup>1</sup>

Dalva Maria da Mota<sup>2</sup>

Heribert Schmitz<sup>3</sup>

Josué Francisco da Silva Júnior<sup>4</sup>

## INTRODUÇÃO

Há três décadas o extrativismo<sup>5</sup> parecia fadado a desaparecer diante da; concorrência dos produtos sintéticos (Homma, 1993); das redes arcaicas de comercialização (Empeaire & Lescure, 2000); da imagem negativa da atividade associada à pilhagem e destruição dos agroecossistemas; da baixa rentabilidade econômica (Lescure, 2000) e da tendência de generalização da tecnificação dos processos de trabalho no espaço rural com profundas conseqüências nas relações sociais para atender mercados exigentes e globais.

Os anos passaram e a atividade extrativista se extinguiu em algumas áreas, conforme previsto, agoniza em outras, mas também persiste (castanha-do-brasil; mangaba, bacuri, por exemplo) como uma das possibilidades de reprodução social de populações rurais que desenvolvem sistemas produtivos (Almeida, 2000), nos quais a caça, agricultura e pesca são componentes essenciais segundo arranjos variados e com técnicas de baixo impacto ambiental.

Conseqüentemente, o debate tem sido crescentemente revalorizado pelo reconhecimento da importância dessa atividade para a conservação da biodiversidade *in situ* (Almeida, 1994) no atual contexto em que o desequilíbrio ambiental afeta o cotidiano das pessoas e as atividades econômicas (Allegretti, 1994); pela valorização cultural que os seus produtos têm adquirido no mundo contemporâneo (Serra et al. 2007), em que consumidores distantes cobijam produtos rotulados como “verde” e produzidos de forma ecologicamente correta e; pelo reconhecimento de que o conhecimento acumulado por

---

<sup>1</sup> Pesquisa financiada com recursos do MCT/CNPq.

<sup>2</sup> Doutora em Sociologia; Pesquisadora da Embrapa Amazônia Oriental, Belém-PA; Bolsista de produtividade CNPq, dalva@cpatu.embrapa.br

<sup>3</sup> Doutor em Ciências Agrárias, Professor de Sociologia, Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém-PA; Bolsista de produtividade CNPq, heri@amazon.com.br

<sup>4</sup> Eng. Agrônomo, M.Sc. em Fruticultura Tropical, Pesquisador da Embrapa Tabuleiros Costeiros, Aracaju-SE; josue@cpatc.embrapa.br

<sup>5</sup> Entendido aqui como a exploração dos produtos nativos em ecossistemas diversos e voltados para diferentes mercados no conjunto de atividades desenvolvidas pelas denominadas populações tradicionais.

gerações de populações tradicionais no desenvolvimento dessa atividade tem sido um dos guias mais usado nas pesquisas (Almeida, 1994, p.263).

Nesse contexto, foi superado o paradoxo levantado por Empeaire & Lescure (2000): seria a exploração dos produtos da floresta um instrumento de conservação?. Em conseqüência, o debate tem sido revigorado através das experiências com as reservas extrativistas<sup>6</sup>, predominantemente na Amazônia, tanto em decorrência de maior incidência das mesmas, quanto da importância dessa região para a conservação dos recursos naturais do planeta.

Mas qual a relevância desse debate para o extrativismo da mangaba praticado no Nordeste<sup>7</sup> brasileiro? Por um lado, subsidia à reflexão disponibilizando instrumentos conceituais e metodológicos para a compreensão da relação homem-natureza e das novas formas de desigualdade que coexistem com a sofisticação do consumo em processos que nem sempre se evidenciam como eventos globais. Por outro, permite visibilizar grupos de extrativistas até então desconhecidos pela literatura, a despeito do seu importante papel na conservação da biodiversidade e da manutenção de hábitos tradicionais de consumo de uma fruta nativa, rica em vitamina C e ferro e associada a territórios e grupos.

As particularidades da atividade extrativista, no entanto, são buscadas localmente, tarefa a que nos dedicamos nesse artigo, cujo objetivo é analisar as tendências do extrativismo em áreas remanescentes de mangabeira<sup>8</sup> no Nordeste face à: i) crescente valorização da fruta no mercado; ii) heterogeneidade das formas de acesso e de relação com o recurso extrativista; e iii) diversidade de atores envolvidos na produção, na distribuição e no consumo da fruta, todos sujeitos a novas formas de diferenciação nos espaços locais.

A pesquisa foi realizada no Nordeste brasileiro (Alagoas, Bahia, Sergipe e Pernambuco) em 2005/2006. Foram realizadas observações diretas e entrevistas semi-estruturadas com 90 pessoas (mulheres, homens e crianças) que se dedicam ao

---

<sup>6</sup> Segundo o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a reserva extrativista "é uma área utilizada por populações extrativistas", que dependem de atividades como o extrativismo, a agricultura de subsistência e a criação de animais de pequeno porte. São proibidas a exploração de recursos minerais e a caça amadorística ou profissional.

<sup>7</sup> Na região a cultura é explorada, predominantemente, pela ação extrativista, iniciando-se um processo de formação de pomares por agricultores, cidadãos que têm chácaras e empresários para atender a demanda crescente.

<sup>8</sup> A mangabeira (*Hancornia speciosa* Gomes) é uma espécie frutífera nativa das restingas e tabuleiros do Brasil. O seu fruto — a mangaba — é o principal produto explorado, sendo utilizado na fabricação de sucos, polpas e sorvetes e bastante popular no litoral nordestino. Nos últimos anos, tem despontado como importante matéria prima para a agroindústria tropical, alcançando excelentes preços no mercado de frutas frescas e polpas e despertando o interesse do empresariado desse segmento

extrativismo da mangaba, processamento, comercialização e consumo da fruta. Um estudo de caso<sup>9</sup> foi realizado no Povoado Pontal, SE.

Partimos do pressuposto de que contrastes entre a sofisticação do uso da mangaba e à ampliação da vulnerabilidade dos seus atores crescentemente coagidos (pressão imobiliária, carcinicultura, agricultura) pontuam processos que são meios de reprodução social de grupos em desvantagem como as mulheres e as crianças (Shanley et al., 2002) numa região que não tem apelo mundial como *locus* de conservação da biodiversidade.

### **Extrativismo: morte e vida anunciadas?**

Coleta, uso e conservação dos recursos naturais pelas populações tradicionais extrativistas implicam em diferentes formas e intensidade de relações com outros atores e, cada vez mais, com o mercado. A questão que se coloca é: quais as possibilidades de reprodução social desses grupos e dos seus respectivos modos de vida num contexto de crescente subordinação aos ditames do mercado, mas também de valorização de características locais?

Para discutir a questão sugerida, reconhecemos, *a priori*, quatro contribuições evidenciadas na literatura. A primeira, em que não é questionado o sentido da existência desses povos no contexto global e, pelo contrário, eles são considerados produtores de saberes e formas de manejo a eles pertinentes, essenciais na preservação da biodiversidade (Castro, 1997, p. 165). Ou seja, é um tipo de grupo social que se identifica como um agente do processo de desenvolvimento sustentável que tem baixo impacto sobre o meio ambiente e assim é visto pelo resto da sociedade (Almeida, 2004), sem no entanto, considerá-lo pela ótica da inserção econômica ou da economia agrícola. A cultura, os modos de fazer e o saber como essenciais à conservação da biodiversidade estão no centro dessa posição.

Diferentemente, Shanley et al. (2002) centram a análise nas possibilidades de integração dos produtos aos mercados, questionando a suposição que o aumento do comércio de produtos florestais não madeireiros poderia ser promissor mesmo que reconheçam a importância do extrativismo para a satisfação das necessidades de grupos em situações desfavoráveis (mulheres e crianças). Para os autores, a dificuldade de

---

<sup>9</sup> Os estudos de caso permitem explicar situações particulares em profundidade. Via de regra, trata-se do estudo de uma unidade de análise que pode ser um sujeito particular, uma instituição ou uma situação específica para compreendê-la como uma unidade, muitas vezes, através da análise dos fenômenos típicos do mundo social em questão. No âmbito dessa abordagem, podem ser utilizados diferentes métodos. Os seus resultados não pretendem ser generalizantes, mas explicativos em profundidade (Lamnek, 1995; André, 2000).

acesso ao mercado, a baixa densidade dos recursos em muitos casos, a frutificação imprevisível, a perecibilidade dos produtos, dentre outros aspectos indicados, colocam as populações extrativistas em desvantagem quando comparadas a outros grupos que têm possibilidade de regularidade da oferta e de controle da qualidade do produto (cor, tamanho e sabor) no momento da venda. Essa exigência de qualidade (mesmo que concentrada apenas na aparência) tende a se generalizar, mas ainda não vigora nos dinâmicos mercados regionais nordestino e amazônico de frutas nativas no qual a diversidade dos frutos e a irregularidade da oferta no decorrer do ano são considerados quase que natural. Recentemente, no entanto, o mercado de polpas tem exigido mangabas com coloração mais clara.

Como terceira contribuição, o neoextrativismo, proposto por Rego (1999) no Acre, que "... abrange todo uso econômico dos recursos naturais não conflitante com o modo de vida e a cultura extrativistas. No sentido econômico, neoextrativismo é a combinação de atividades estritamente extrativas com técnicas de cultivo, criação e beneficiamento imersas no ambiente social dominado por essa cultura singular".

Por último, Homma (1990, 1993), que aponta a inevitável extinção da atividade, afirmando que "Apesar de se tratar de recursos naturais renováveis, o que permitiria sua extração *ad infinitum*, em termos potenciais, são evidenciadas na evolução de sua extração três fases distintas: expansão, estagnação e declínio. Dentre as causas endógenas que levam ao desaparecimento da atividade extrativa estão: (1) aquelas inerentes à extração do recurso em si, dado o desequilíbrio na taxa de regeneração; (2) o processo de domesticação e (3) o desenvolvimento de substitutos industriais, dada a incapacidade do setor extrativo em atender à demanda crescente. O estudo aponta também variáveis exógenas ao processo extrativo: a expansão da fronteira agrícola e o crescimento populacional que, por requererem maior demanda de terras, destroem a base extrativa, independente de sua rentabilidade" (Homma, 1990, p.5).

Acrescenta ainda: "O extrativismo vegetal constitui uma base de desenvolvimento de vulto bastante frágil, que se justifica mais pelo nível de pobreza dos seus habitantes e do mercado de mão-de-obra marginal. Trata-se de uma economia moribunda, cuja tendência inevitável é seu desaparecimento, à medida que o mercado desses produtos fosse crescendo. O que vai acabar com a economia extrativa ... [é] a economia do mercado. ... Qualquer tentativa de apoio ao extrativismo vegetal seria mais no sentido de prolongar essa agonia" (Homma, 1993, p.viii).

Pode ser constatada em relação ao primeiro ponto apresentado por Homma a predominância de uma predeterminação, que pressupõe o uso predatório generalizado

dos recursos vegetais. Sem negar esta probabilidade, caracterizada por Hardin (1968) como "Tragédia dos bens comuns", devem ser analisados os casos concretos de cada sistema de recursos e de cada região. Autores como Feeny et al. (2001) questionam as suposições de Hardin a partir de uma análise mais detalhada dos regimes de direito de propriedade. No caso do extrativismo de frutas, por exemplo, que foi caracterizado por Homma (1993, p.4) como "extrativismo de coleta",<sup>10</sup> se trata de um sistema de recursos naturais que fornece um fluxo de unidades de recursos (frutas). O máximo que pode ser retirado é determinado pela oferta de frutas (tamanho da área, número de mangabeiras por área, número de frutas por árvore e dia, etc.). Mesmo que sejam retiradas todas as frutas, isso não prejudica o sistema ou diminuirá a quantidade de unidades da próxima safra. Diferentemente do que ocorre no caso da sobrepesca, que diminui a disponibilidade futura. Por isso, não existe a idéia de identificar um máximo, como por exemplo, representada pela capacidade de suporte (p.ex., número máximo de cabeças de gado por área) ou a cota de reabastecimento (fluxo máximo de unidades retiradas que não pode ser ultrapassado sem prejudicar o sistema de recursos, p.ex., no caso da pesca ou de águas subterrâneas)<sup>11</sup>. No caso concreto das mangabeiras no litoral nordestino, predomina atualmente a tendência do aumento das mesmas e não há uma ameaça do sistema de recursos pelas próprias catadoras, ou seja, esse sistema de recursos não está sendo prejudicado pela retirada das frutas (Schmitz et al., 2006).

Além disso, pequenos grupos locais e populações maiores são capazes de criar instituições,<sup>12</sup> elaborar as regras necessárias e garantir o respeito dos envolvidos em relação ao uso de bens comuns. Mas se reconhece que fatores externos podem dificultar a permanência destes modos de uso coletivo, como apontado também por Homma, o que pode ser observado no caso dos remanescentes de mangabeiras que estão sujeitos à pressão exercida pelos proprietários que as destroem, cada vez mais, para o cultivo de coqueiro, cana-de-açúcar, construção de infra-estruturas turísticas e viveiros de camarão, atividades cuja implantação dependem do corte das mangabeiras.

---

<sup>10</sup> Homma (1993, p.4) distingue entre "extrativismo por aniquilamento ou depredação" (p.ex., extração da madeira ou caça e pesca indiscriminadas) e "extrativismo de coleta" (coleta de produtos extrativos produzidos por plantas ou animais, p.ex., seringa ou castanha-do-pará).

<sup>11</sup> Desde que a cota média de coleta não ultrapasse a cota média de reabastecimento, uma fonte de recursos renováveis pode ser sustentada por tempo indeterminado.

<sup>12</sup> Conjunto de regras de trabalho que determinam, entre outros, os participantes, as ações permitidas ou proibidas, as informações necessárias, a distribuição de benefícios (Ostrom, 1990:51). Deve se distinguir esta visão da abordagem do neo-institucionalismo de outras definições. Uma instituição, no sentido normalmente usado na sociologia, é uma prática social, que se segue de modo quase irreflexivo e que não necessita elaborações de justificativas, e que alcançou um certo grau de aceitação, p.ex., o casamento ou a família (Garvía, 1998:55-56). A expressão instituição, no senso comum, significa uma organização, por exemplo, pública, estatal ou religiosa (igreja; instituto de pesquisa, etc.).

Neste contexto, a especulação imobiliária e a expansão agrícola levam a um aumento do cultivo de mangabeiras em áreas privadas que pode ser comparada à "domesticação", o segundo ponto argumentado pelo autor.

Em relação ao apresentado por Homma, o "desenvolvimento de substitutos industriais", pode-se observar uma tendência oposta, o desenvolvimento de "... processos de construção social dos produtos frescos na agricultura com fortes vínculos aos mercados nacional e internacional, tanto pelo aumento da demanda por produtos naturais e exóticos por parte de extratos de consumidores exigentes e preocupados com hábitos saudáveis quanto pelos significados de conquistar novos mercados em um contexto globalizado por parte dos empreendedores, como discutido por Mota (2005).

Interessante observar que, por um lado, a qualidade pela via da padronização dos produtos é uma condição para conquista de mercados e, por outro, há uma valorização do exótico, associado a territórios e a grupos sociais. Ou seja, parece haver espaços para múltiplas inserções: Mesmo que isso seja verdade, o extrativismo como atividade econômica não tem chamado a atenção, nem da pesquisa, nem das políticas públicas (Porro, 1994), muito embora subsidie a reprodução social de grupos em situação de vulnerabilidade social e dinamize economias locais, além de contribuir para a conservação da biodiversidade e dos saberes e práticas associados ao seu manejo. Tudo isso, no entanto, cercado de ameaças.

### **As ameaças rondam....**

O extrativismo da mangaba é desenvolvido por populações que foram excluídas do sistema agroexportador e buscaram regiões ricas em recursos naturais, mas preteridas pela agricultura, para viver entre atividades da terra (extrativismo, agricultura e assalariamento no turismo) e do mar (pesca e coleta de produtos do manguezal). São habitantes de áreas de restinga e tabuleiros<sup>13</sup> do Nordeste, que conseguiram conservar as mangabeiras há séculos, a partir de um manejo tradicional em áreas de uso comum e privadas. São predominantemente mulheres negras que se autodenominam catadoras. Nas últimas décadas, no entanto, se intensificou um processo de diferenciação dessas populações marcado, *a priori*, pelo impedimento do acesso aos recursos com consequências na erosão dos saberes, qualidade de vida das pessoas e empobrecimento

---

<sup>13</sup> A restinga consiste de cordões arenosos situados após a praia, caracterizada por uma vegetação florestal aberta, constituída de árvores, arbustos e gramíneas. Os tabuleiros são formações geológicas, mais ou menos planas, localizadas no litoral, com altitude que varia até 100 m. A vegetação é constituída por uma floresta tópica conhecida como mata de tabuleiros. Espécies como a mangabeira (*Hancornia speciosa* Gomes) podem ser encontradas em ambos ecossistemas.

da biodiversidade cujos reflexos podem ser observados na paisagem. Nos tempos atuais, existem quatro situações segundo a tipologia de Silva Júnior *et al.* (2006).

Áreas de **boa conservação** são aquelas onde o extrativismo é praticado regularmente pela população ali residente. Há uma alta densidade de plantas no mesmo espaço em convivência com outras espécies e com equilíbrio ecológico. A população usufrui de acesso comum a áreas privadas (proprietários permitem) e devoluta, conhece e pratica todas as fases do processo extrativista, além da pós-colheita e comercialização diretamente nas feiras dos municípios circunvizinhos ou através de intermediários pertencentes às redes de interconhecimento. O Povoado do Pontal em Indiaroba-SE é uma das áreas classificadas como de boa conservação. Avalia-se que 70 famílias desenvolvem essa atividade no conjunto das demais. A conservação dessa área deve-se ao fato do turismo ali ainda ser incipiente por ser uma região estuarina e não dispor de praias para banho, pela dificuldade de acesso até os anos 2000, pelos solos pouco propícios à agricultura, e, principalmente, pela população ter um estoque de conhecimentos sobre a biodiversidade que garantiu o fluxo sustentável da extração. No entanto, com a abertura da Linha Verde (rodovia turística localizada nos Estados de Sergipe e Bahia), o turismo aumentou e começa um processo de reestruturação fundiária que coloca em risco o modo de vida dessa população.

Nas áreas de **conservação regular**, a mangabeira é conservada em conjunto com outras fruteiras em pequenos estabelecimentos familiares próximos de grandes cidades (Salvador, Aracaju e Maceió). A população investe na sua conservação, mas ela tem a mesma importância no sistema que outras fruteiras como cajueiro, mangueira e coqueiro. Não existe mais a gestão comum, mas a população local tem acesso às fazendas que conservam as plantas nas entrelinhas do coqueiral mediante acordo prévio com o responsável pela mesma (Povoado Diogo - Mata de São João/BA; Praia de Bitingui - Japaratinga/AL; Capôã - Barra dos Coqueiros/SE). O sistema de uso dos recursos nessa região foi totalmente desmantelado pelo incremento do turismo e pelo loteamento de áreas para cidadãos construírem casas de veraneio. Os grandes complexos hoteleiros (Costa de Sauípe) também influenciaram, simultaneamente, para limitar o acesso a áreas de uso comum e estimular que ocupações mais estáveis fossem buscadas com consequências visíveis no decréscimo de importância do extrativismo, na diminuição da biodiversidade e na perda de saberes associados.

Nas **áreas de pouca conservação**, as populações locais foram expropriadas do acesso livre e somente têm acesso às plantas mediante a compra da produção. Conseqüentemente, não domina mais todas as fases do processo que foram repassadas

para os comerciantes e processadoras (Praia dos Carneiros, em Tamandaré/PE). A ocorrência da mangabeira é esporádica em estabelecimentos de cidadãos. A população local se relaciona com o recurso apenas como um valor de troca, mesmo que no passado tenha exercitado a exploração como observado no Povoado Pontal.

Nas **áreas devastadas**, a mangabeira é mais uma recordação, pois a sua ocorrência é raríssima onde outrora havia grandes concentrações. A população local já não tem acesso às mesmas e, conseqüentemente, perdeu os saberes associados ao seu manejo. Aliás, se encontram jovens que já não conhecem nenhuma característica do extrativismo da mesma. Em uma área devoluta em que restam algumas plantas a exploração é predatória com a retirada excessiva do látex que pode até ocasionar a morte da planta (Povoado Lagoa do Pau em Coruripe/AL e Ponta de Pedras e Riacho Doce em Goiana/PE).

Nas duas primeiras áreas, pelo fato de haver melhor conservação, a diversidade biológica vegetal é composta por espécies nativas associadas aos tabuleiros e restingas, como aroeira, cambuís, muricis, cajueiro, maçaranduba, guabirabas, araçás, murta, bacupari, entre muitas outras. Nessas áreas, o equilíbrio natural pode favorecer a evolução das populações vegetais e a continuidade do fluxo gênico, bem como garantir a presença dos polinizadores, aspectos comprometidos em áreas fragmentadas ou devastadas. Os volumes de produtos são irregulares e a qualidade variável, mas inestimável à conservação, melhoria e disponibilidade de recursos genéticos (Shanley *et al*, 2000).

Em todos os casos, a divisão social do trabalho se dá segundo sexo e idade. A socialização no extrativismo começa aos sete ou oito anos para meninas e meninos, quando são ensinados como diferenciar frutos maduros de verdes pela cor e textura, como subir nas plantas sem quebrar galhos e arrumar as frutas para transporte etc. Há um investimento muito grande em disciplinar as crianças para a atividade produtiva pela chamada constante da mãe para que elas prestem atenção ao que fazem. Na idade adulta apenas as mulheres coletam mangaba, porque é considerada uma atividade leve (diferente do trabalho realizado pelos homens) e complementar para a reprodução social da família. Apesar dessa representação, a renda auferida com a mangaba é, muitas vezes, maior do que as demais, mas persiste a supervalorização das atividades dos homens em oposição à desvalorização daquelas realizadas pelas mulheres como também constatado em estudos sobre a produção familiar no espaço rural (Heredia, 1979). A desestruturação desses sistemas, acarretará dentre outros prejuízos, a ruptura de formação de uma geração que sabe observar e lidar com os recursos ambientais.



#### .... e novas oportunidades surgem

A conservação de recursos genéticos por populações tradicionais tem sido, ultimamente, objeto de atenção de organismos e cientistas internacionais, podendo ser visualizada como uma das mais eficientes e menos dispendiosas formas de conservação, uma vez que as comunidades, em grande parte, dependem da preservação desses recursos *in situ* para garantir a sua própria sobrevivência. Essas populações detêm um grande volume de informações, constituindo-se, desse modo, em parceiros essenciais na conservação do germoplasma de interesse científico e de importância para a segurança alimentar. Experiências nesse sentido têm tido resultados satisfatórios em algumas regiões do globo, como na Europa com populações naturais de choupo-negro ou álamo (Lefèvre *et al.*, 2001) e no Vietnã com mangueira e lichieira (Hue *et al.*, 2005) e com cardamomo (On *et al.*, 2005). Segundo Carneiro da Cunha (1999, p. 161) para que isso se dê é necessário que se institua, mediante um sistema legal, a proteção dos conhecimentos locais, a salvaguarda da circulação de sementes, cultivares e formas de vida em geral opondo-se ao seu patenteamento e o estabelecimento de regras de negociação mínimas para que as comunidades locais não possam ser lesadas. Para isso, foi criado o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN) como autoridade nacional para regular o acesso e da repartição de benefícios, juntamente com a promoção do uso sustentável da biodiversidade e garantindo os direitos das comunidades tradicionais. Concordando com Homma de que as atividades extrativistas perdem competitividade a longo prazo, Almeida sinaliza para a necessidade de **pagamento para os serviços ambientais** em paralelo a outras iniciativas (usuários predatórios têm que ser responsabilizados, por ex.).

No Brasil, Figueiredo & Morsello (2006) mostram transformações no uso tradicional de recursos naturais pela **parceria comercial estabelecida entre empresa e comunidade de extrativista**<sup>14</sup> reconhecendo que essa é uma ocorrência em todo o mundo mas pouco estudada. Concluem afirmando que mesmo que a parceria provoque transformações no modo de vida tradicional (diminuição do tempo para caça e pesca e aumento para agricultura e coleta de subsistência com importantes implicações para a conservação ambiental, abandono do tradicional sistema de trocas e cooperação) ainda é uma das alternativas mais interessantes.

Diversas experiências de integração ao mercado ocorrem atualmente. As comunidades Indígenas Timbira no Maranhão e no Tocantins processam e negociam

---

<sup>14</sup> Comunidades da Reserva Extrativista do Médio Juruá e *Natura* para a comercialização dos óleos de andiroba e murumuru.

polpas congeladas e embaladas de caju, açaí, bacuri, buriti e cajá tendo como marca comercial, a “Fruta Sã”. Os índios Sateré-Mawé da Amazônia exportam 3,5 t de pó de guaraná para países da Europa, Ásia e América do Sul. Já os índios Baniwa do Alto Rio Negro produzem cestaria artesanalmente e mantêm contrato com a cadeia de lojas de móveis e decoração Tok & Stok, exportando também para a Europa. As quebradeiras de babaçu exportam o óleo para empresas de cosméticos da Inglaterra. Outro exemplo são os acessórios e objetos feitos de capim-dourado e bio-jóias disponíveis em todos os pontos turísticos do Brasil recentemente. Se a valorização de produtos oriundos do extrativismo cria novas oportunidades para comunidades tradicionais, também representam ameaças à sua extinção pela tendência de super exploração. Exemplo disso é que a produção de objetos com capim dourado nos anos era feita por apenas oito artesãos e hoje tem mais de 200.

O surgimento de mercados consumidores em busca de produtos rotulados como “verdes” e “justos”, quer seja associados a grupos da floresta (Figueiredo & Morsello, 2006), quer seja proveniente da agricultura moderna (frutas tropicais), se intensificou nos últimos anos, tanto em apelo à problemática ambiental como em decorrência dos cuidados com a saúde e do desejo de consumo de produtos exóticos produzidos em lugares distantes.

Em se tratando da mangaba, algumas perspectivas seriam o processamentos em polpa e geléia, a comercialização da fruta fresca selecionada e o ecoturismo nos remanescentes reconhecendo que esses empreendimentos implicam em desafios a serem superados, quer seja pela falta de tradição com a ação coletiva com fins econômicos com uso comum de equipamentos, quer seja pelos padrões de qualidade para polpa de frutas exigidos como pressuposto para segurança alimentar, muito distantes da realidade dos extrativistas. Nestes termos, qualquer ação a ser desenvolvida deve visar o desenvolvimento das pessoas e a conservação dos remanescentes da produção ao consumo.

### **Os novos modos de uso da mangaba são chances para as catadoras?**

Nos últimos anos, houve um aumento substancial do uso de frutas frescas e processadas, dentre as quais, a mangaba para sucos, sorvetes, sobremesas, drinques e pratos sofisticados. A elaboração e o consumo desses produtos se concentram nas cidades e, normalmente, estão sob o domínio de profissionais atentos às novas exigências dos consumidores que, cada vez mais, são ávidos por novidades numa sociedade que parecia caminhar para a homogeneização. As frutas nativas são

revalorizadas e passam a fazer parte de uma estratégia de construção social do litoral nordestino como espaço diferenciado para os que querem viver a experiência de um turismo com fortes vínculos com a cultura local. Pousadas são construídas entre mangabeiras, cartazes produzidos com as frutas frescas, drinks disponibilizados, além de geléias nos cafés da manhã, compondo uma pauta de originalidades com forte poder persuasivo. A fruta circula num mercado regional e muito embora venha ocorrendo uma ampliação da sua demanda a partir dos anos 90, ainda não é possível estimar as fronteiras do consumo da mesma, vez que novos hábitos de consumo se geram também pelo trânsito de pessoas que experimentam sabores nas regiões de origem dos mesmos e buscam continuar dispendo deles onde vivem.

A disponibilidade da mangaba na versão polpa em todas as épocas do ano provocou a dinamização da cadeia e impulsionou o extrativismo que, em poucos meses do ano (cerca de quatro), tenta abastecer a demanda dos processadores para todo o ano sem no entanto, comprometer o sistema de recursos. Assim, não restam dúvidas de que todos os elos da cadeia produtiva, inclusive o consumo, foram dinamizados semelhante ao ocorrido com as frutas domesticadas (manga, uva, banana, etc.). No entanto, para essas, todas as etapas da produção ao consumo foram “cientificizadas”, ao contrário, das nativas (cajá, pitanga, mangaba, umbu, araçá, etc.).

Mesmo que os dados estatísticos oficiais não mostrem, provavelmente pela dificuldade em contabilizar um produto sazonal que é vendido nos mais diferentes espaços, existe um mercado significativo de frutas nativas no Nordeste brasileiro, observável nas feiras, supermercados, lanchonetes e restaurantes das capitais.

As feiras constituem, no primeiro caso, a expressão mais genuína de um espaço de comercialização que expõe produtos oriundos do extrativismo ali vendidos, muitas vezes, pelos próprios extrativistas. Mas as ruas também se prestam a esse fim, pois nas suas calçadas podem se encontrar vendedores com frutas nativas (murici, cambucá, cajá, umbu, mangaba, etc.). Nos supermercados, essas mesmas frutas são embaladas e adquirem status de “fruta rara” observável pelos preços praticados. Ocupam prateleiras específicas e podem desaparecer por serem sazonais. Nos restaurantes e lanchonetes são ofertadas na forma de sucos e doces, mas recentemente decoram e compõem pratos para atender a sofisticados paladares (camarão no molho de mangaba, mousse, sorvete, pudim).

No conjunto das frutas nativas no Nordeste, a mangaba é a que tem maior destaque e valorização no mercado sendo a mesma, predominantemente, nativa e oriunda tanto de áreas de livre acesso como privadas. O seu sucesso tem provocado

diferentes e controversas tendências, a exemplo da excelente conservação de áreas de uso comum em Sergipe, da extinção dos remanescentes em Pernambuco e da tendência de privatização em Alagoas e Bahia. Em qualquer um dos casos, a produção se dá segundo saberes e práticas tradicionais mas a distribuição e o consumo foram completamente transformados com conseqüências nas formas de acesso aos campos e nas relações sociais estabelecidas entre os diferentes atores.

## **Conclusões**

As principais reflexões aqui realizadas permitem concluir que:

- 1- Há uma revalorização do debate sobre o extrativismo agora analisado tanto no âmbito das reservas extrativistas como das novas possibilidades de integração dos seus produtos ao mercado.
- 2- Associação dos produtos a grupos e espaços específicos representam novas oportunidades de reprodução social para populações tradicionais.
- 3- A conservação *in situ* dos recursos genéticos da mangabeira está estreitamente relacionada às populações tradicionais que sobrevivem da cata da fruta e que são responsáveis pela preservação dos remanescentes e saberes relacionados às plantas.
- 4- A ação coletiva com fins econômicos é uma das possibilidades mais plausíveis de valorização dos produtos oriundos do extrativismo, mas esse não é um empreendimento simples e depende de um conjunto integrado de ações em que recursos e pessoas sejam valorizados.

## **Referências bibliográficas**

- ALLEGRETTI, M. H. (1994). Reservas extrativistas. In: ANDERSON, A. et al. (orgs). *O destino da floresta*. Rio de Janeiro, Curitiba: Instituto de Estudos Amazônicos e Ambiental/Fundação Konrad Adenauer/Relume Dumará.
- ALMEIDA, M. (2000). Apresentação. In: EMPERAIRE, L (org.) *A floresta em jogo: o extrativismo na Amazônia Central*. São Paulo: UNESP.
- ALMEIDA, M. As reservas extrativistas e as populações tradicionais. Entrevista do mês. <<http://www.comciencia.br/entrevistas/almeida.htm>>. Acesso em: 14/09/2004.
- ALMEIDA, M. (1994). As reservas extrativistas e o valor da biodiversidade In: ANDERSON, A. et al. (orgs). *O destino da floresta*. Rio de Janeiro, Curitiba. Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientai/Fundação Konrad Adenauer/Relume Dumará.

- ANDRÉ, M.E.D.A. (2000). *Etnografia da prática escolar*. 4.ed. Campinas: Papyrus.
- CARNEIRO DA CUNHA, M. (1999). Populações tradicionais e a convenção da diversidade biológica. *Estudos avançados*, n. 13 (36). 147-163.
- CASTRO, E. (1997). Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: CASTRO, E.; PINTON, F. (Orgs.). *Faces do trópico úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio-ambiente*. Belém: Cejup.
- EMPERAIRE, L.; LESCURE, J.-P. (2000). Uma abordagem ecológica comparativa. In: EMPERAIRE, L (org.) *A floresta em jogo: o extrativismo na Amazônia Central*. São Paulo: UNESP.
- FEENY, D.; BERKES, F.; MCCAY, B.J.; ACHESON, J.M. (2001). A tragédia dos comuns: vinte e dois anos depois. In: DIEGUES, A.C.; MOREIRA, A.C.C. (orgs.). *Espaços e recursos naturais de uso comum*. São Paulo: NUPAUB/LASTROP-USP.
- FIGUEIREDO, L.; MORSELLO, C. (2006). Comércio e sustentabilidade na Amazônia: Efeitos da parceria entre empresa e comunidades no uso tradicional de recursos naturais. In: III Encontro da ANPPAS. Brasília, DF.
- GARVÍA, R. (1998). *Conceptos fundamentales de sociología*. Madrid: Alianza Editorial.
- HARDIN, G. (1968). The tragedy of the commons. *Science*. 162:1244-8.
- HEREDIA, B. A. (1979). *A morada da vida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- HOMMA, A.K.O. (1990). *A dinâmica do extrativismo vegetal na Amazônia: uma interpretação teórica*. Belém: Embrapa-CPATU. (Documentos 53).
- HOMMA, A. K. O. (1993). *Extrativismo vegetal na Amazônia: limites e oportunidades*. Brasília: Embrapa-SPI.
- HUE, N.T.N. & LIEU, P.N. (2005). Conservation and use of native tropical fruit species in Asia: study results and policy implications of the IPGRI-ADB-TFT project in Vietnam. In: Hue, N.T.N.; Tuyen, T.V.; Canh, N.T.; Hien, P.V.; Chuong, P.V.; Sthapit, B.R. & Jarvis, D. (eds.). In: *situ conservation of agricultural biodiversity on-farm: lessons learned and policy implications*. Hanoi 2004. Proceedings of Vietnamese National Workshop. Roma, IPGRI. Pp. 49-58.
- LAMNEK, S. (1995). *Qualitative Sozialforschung. Band 2: Methoden und Techniken*. 3.ed. Weinheim, Beltz, Psychologie Verlags Union.

LESCURE, J.-P. (2000). Algumas questões a respeito do extrativismo. In: EMPERAIRE, L (org.) *A floresta em jogo: o extrativismo na Amazônia Central*. São Paulo: UNESP.

LEFÈVRE, F.; BARJOU, N.; HEINZE, B.; KAJBA, D.; ROTACH, P.; DE VRIES, S.M.G. & TUROK, J. (2001). In situ conservation of *Populus nigra*. Roma, IPGRI-Euforgen. 58 pp.

MOTA, D.M. (2005). *Trabalho e sociabilidade em espaços rurais*. Fortaleza: Banco do Nordeste, Embrapa Tabuleiros Costeiros.

ON, T.V.; CANH, N.T.; TRUNG, N.V.; LAM, V.H. et al. (2005). In situ conservation of native cardamom diversity in natural ecosystem of Vietnam lessons learned and policy issues. Pp. 49-58. In: Hue, N.T.N.; Tuyen, T.V.; Canh, N.T.; Hien, P.V.; Chuong, P.V.; Sthapit, B.R. & Jarvis, D (eds.). *In situ conservation of agricultural biodiversity on-farm: lessons learned and policy implications*. Hanoi: Proceedings of Vietnamese National Workshop. Roma, IPGRI.

OSTROM, E. (1990). *Governing the common: the evolution of institutions for collective action*. New York: Cambridge University Press.

PORRO, R. (1994). As Reservas Extrativistas do Babaçu. In: A Amazônia Brasileira em Foco. II Seminário Maranhense de Defesa e Desenvolvimento da Amazônia. CNDDA, no.22, ano 28, Rio de Janeiro.

RÊGO, J.F. (1999). "Amazônia: do extrativismo ao neoextrativismo". *Ciência Hoje*, v.147. <<http://cienciahoje.uol.com.br/view/349>> [Acesso: 21.11.2006].

SCHMITZ, H.; MOTA, D.M.; SILVA JÚNIOR, J.F. (2006). Gestão coletiva de bens comuns e conflito ambiental: o caso das catadoras de mangaba. In: Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (Anppas), 3, Brasília.

SERRA, M.; MEDINA, G.; SHANLEY, P.; HOMMA, A. K. O. (2006). O mercado invisível: espécies frutíferas e medicinais na cidade de Belém e implicações para seu manejo nas áreas de extração. (mimeo).

SILVA JUNIOR, J.F. da; ARAÚJO, I.A. de; BARREIRO NETO, M.; ESPÍNDOLA, A.C.M.; CARVALHO, N.S.G. de & MOTA, D.M. da. (2006). Recursos genéticos nos tabuleiros costeiros e baixada litorânea do Nordeste. In: Silva Junior, J.F. da; Lédo, A.S. (eds.). *A cultura da mangaba*. Aracaju, Embrapa Tabuleiros Costeiros, cap. 4. Pp. 57-74.

SHANLEY, Patrícia; LUZ, Leda; SWINGLAND, Ian. (2002). The faint promise of a distant market: a survey of Belém's trade in non-timber forest products. *Biodiversity and Conservation*, 11:615-636.

SHANLEY, P. L.; CYMERYYS, M. (2000). The interface of timber and non-timber resources: declining resources for subsistence livelihoods (Brazil). In: SHANLEY, P. L.; PIERCE, S. A.; GUILLEN, A.(Orgs.). *Tapping the green market: certification and management of non-timber forest products*. Londres, Earthscan Publications Ltd.